



**Conteúdos referentes ao período de Março/2026.**

Componente Curricular de HISTÓRIA TURMA 92

Professor(a): MARLI DE ALMEIDA

**Observação:** O planejamento da aula poderá sofrer alterações conforme a necessidade do professor(a).

**Orientações para a realização da avaliação:**

*\*Leitura do conteúdo.*

*\*Visualização e análise de imagens e vídeos.*

*\*Organização e aquisição de materiais que possam ser utilizados durante a aula.*

**REPÚBLICA E CIDADANIA**

ASSISTIR AO VÍDEO

<https://youtu.be/5eoNlItNabo>

**Principais causas da Proclamação da República**

- Militares

A insatisfação dos militares estava diretamente relacionada com a profissionalização da corporação. Depois disso, **eles começaram a exigir melhorias em sua carreira** como reconhecimento aos serviços prestados no [Paraguai](#). As principais exigências eram melhorias salariais e no sistema de promoção.

Outra forte insatisfação teve relação com o envolvimento do Exército Brasileiro com a política. Os militares entendiam-se como tutores do Estado brasileiro e, por isso, **queriam ter o direito de manifestar suas opiniões políticas publicamente**. Um caso simbólico aconteceu em 1884, quando o oficial Sena Madureira foi punido por mostrar apoio aos abolicionistas do Ceará.

A monarquia também procurou censurar os militares, proibindo que eles manifestassem suas opiniões em jornais e nas corporações militares. **Havia também exigências entre os militares para que o Brasil se convertesse em um país laico**. Internamente, as insatisfações militares se reuniram ao redor da [ideologia positivista](#).

Com base no positivismo, os militares passaram a reivindicar que a modernização do Brasil se daria por meio de um governo republicano ditatorial. Assim, eles acreditavam que era necessário escolher um governante que conduzisse o país no caminho da modernização e, se necessário, esse governante poderia se afastar das vontades populares.

- Política e sociedade

A política no Segundo Reinado sempre foi complicada, sobretudo pela briga ferrenha entre conservadores e liberais. Essa situação se agravou com a **crise de sub-**

**representação de algumas províncias.** Na segunda metade do século XIX, o eixo econômico do país tinha consolidado sua mudança do Nordeste para o Sudeste.

A província de São Paulo já havia se colocado como o grande centro econômico do Brasil, mas as elites paulistas se incomodavam com o fato de sua representação na política ser pequena. Outras províncias economicamente decadentes, como o Rio de Janeiro e a Bahia, gozavam de grande representatividade política.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

Essa situação indispsôs as elites dessa província com a monarquia, e isso nos ajuda a entender, por exemplo, por que **a província de São Paulo teve o maior partido republicano do Segundo Reinado**, o Partido Republicano Paulista (PRP).

Havia também **sub-representação da sociedade no sistema político**. As cidades cresciam e novos grupos sociais se estabeleciam. Esses grupos emergentes demandavam maior participação na política brasileira, e o caminho tomado foi o inverso. Os liberais defendiam ampliação do voto para enfraquecer os conservadores e os grandes fazendeiros, mas os conservadores conseguiram aprovar a Lei Saraiva, em 1881.

Essa lei determinou novos critérios para quem teria direito ao voto, e, após sua aprovação, o número de eleitores no Brasil caiu de 1.114.066 pessoas para 157.296 pessoas.<sup>[1]</sup> Isso correspondia a apenas 1,5% da população brasileira, ou seja, as demandas por participação não foram atendidas e a exclusão existente foi ampliada.

Essas **novas elites passaram a ocupar os espaços políticos** de outras formas e manifestavam suas opiniões por meio de jornais, associações e manifestações públicas em defesa de causas [como o Estado laico](#).<sup>[2]</sup> Essa insatisfação com os problemas da monarquia, obviamente, reforçou a causa republicana no país.

**Em 1870, foi lançado o Manifesto Republicano**, documento que criticava a centralização do poder na monarquia e exigia um modelo federalista (que desse autonomia às províncias) no Brasil. Essa manifesto também atribuiu à monarquia a responsabilidade dos problemas do país e indicava a república como a solução. O manifesto foi um norteador do movimento republicano no fim do império.

**Outra causa que reforçou muito o movimento republicano foi a defesa da abolição.** O [aboliconismo](#) mobilizou a sociedade brasileira na década de 1880, e grande parte dos abolicionistas defendia a república.

De forma geral, **a socióloga Ângela Alonso resume que a monarquia brasileira se estruturou no seguinte tripé:**

- participação política restrita;
- [escravismo](#) (e exclusão do elemento africano); e
- catolicismo como defensor das hierarquias sociais.<sup>[2]</sup>

As **décadas de 1870 e 1880 vieram justamente questionar esse tripé**, pois havia demandas por maior participação social, o abolicionismo exigia a inserção do negro na sociedade, e o laicismo procurou estabelecer uma sociedade laica.

**Leia também:** [Como ocorreu a abolição do regime escravocrata no Brasil](#)

Como ocorreu a Proclamação da República?

Havia então insatisfações com a monarquia em diferentes camadas da nossa sociedade. Elites emergentes, militares, políticos, classes populares e escravizados eram grupos com críticas à monarquia. Todas essas insatisfações, em algum momento na década de 1880, tornaram-se uma conspiração.



Uma das primeiras ações do golpe de 15 de novembro foi a aglomeração de tropas, sob liderança de Deodoro da Fonseca, no Campo do Santana.

Ao longo dessa década, as **manifestações públicas começaram a se tornar comuns, e críticas ao imperador** cresciam. Um atentado contra o carro do imperador, em julho de 1889, motivou o império a proibir manifestações públicas em defesa da república, mas o Brasil estava em um caminho sem volta, pois o grupo de insatisfeitos era muito grande.

**Em novembro de 1889, a conspiração estava em curso** e contava com nomes como Aristides Lobo, Benjamin Constant, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Sólton

Ribeiro, entre outros. O que faltava para os conspiradores era a adesão do [marechal Deodoro da Fonseca](#), um militar influente e primeiro presidente do Clube Militar.

**Em 10 de novembro, os defensores do golpe contra a monarquia se reuniram com Deodoro para convencê-lo** a tomar participação no movimento. Nos dias seguintes, os boatos de que uma conspiração estava em curso começaram a ganhar força e, no dia 14, informações falsas sobre a monarquia começaram a ser anunciadas em público, com o objetivo de arregimentar apoiadores.

O golpe contra a monarquia seguiu no dia 15, quando **o marechal Deodoro da Fonseca e tropas foram até o quartel-general localizado no Campo do Santana**. Foi exigida a demissão do Visconde de Ouro Preto da presidência do gabinete ministerial. O visconde se demitiu e foi preso por ordem de Deodoro da Fonseca.

Entretanto, o marechal estava à espera de que o imperador fosse organizar um novo gabinete e, por isso, deu vivas a D. Pedro II, e então retornou para seu domicílio. A derrubada do gabinete não colocou fim nos acontecimentos do dia 15, e as negociações políticas seguiram. **Republicanos decidiram realizar uma sessão extraordinária na Câmara Municipal do Rio de Janeiro** para que ocorresse uma solenidade de Proclamação da República.

Quem proclamou a república?

**A Proclamação da República aconteceu na Câmara, sendo anunciada pelo vereador José do Patrocínio**. Houve celebração nas ruas do Rio de Janeiro, com os envolvidos na proclamação puxando vivas à república e cantando A Marselhesa (canção revolucionária propagada durante a Revolução Francesa) nas ruas da capital.

Durante essa sucessão de acontecimentos, foi organizada uma tentativa de resistência sob a liderança de André Rebouças e Conde d'Eu, marido da princesa Isabel, mas o intento fracassou. **D. Pedro II permaneceu crente de que a situação seria facilmente resolvida**, mas não foi assim que aconteceu.

Um governo provisório foi formado, o marechal Deodoro da Fonseca foi nomeado como presidente do Brasil (o primeiro de nossa história) e outros envolvidos com o golpe assumiram pastas importantes no governo. A família real foi expulsa no dia 16 de novembro, e, no dia seguinte, seus membros embarcaram com seus bens para a cidade de Lisboa, em Portugal.

## **PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL**

- Federalismo

O federalismo é um sistema político marcado pela união de todas as federações que formam uma nação. No caso do Brasil, o **Distrito Federal** (União), os **estados** e os **municípios** unem-se de maneira a formar o Brasil como nação, mas, apesar de unidos, esses entes federativos mantêm cada qual a sua autonomia política.

Assim, no federalismo, estados e municípios garantiam para si grande autonomia política do Governo Federal. Esse sistema político implantou em nosso país uma

grande descentralização político, uma demanda de décadas de alguns grupos da política brasileira. Essa descentralização da política deu força a uma das características mais marcantes da [Primeira República](#): **o poder dos coronéis**.

Por meio desse sistema, os estados ganharam para si um enorme poder. Os governantes dos estados passaram a ter grande autonomia na administração das questões de governo relacionadas ao seu espaço de jurisdição. Primeiramente, o governante dos estados não era mais indicado, como acontecia na monarquia, passando a ser eleito.

Mas além disso, os estados passaram a deter “a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios [...]. Podem legislar, também, sobre qualquer assunto que não lhes for negado, expressa ou politicamente, pelos princípios constitucionais da União”[4]. Assim, os estados garantiam autonomia para formular leis, cobrar impostos e propor diversos tipos de ações.

Não pare agora... Tem mais depois da publicidade ;)

A implantação do federalismo, apesar de ter resultado na descentralização do poder, contribuiu para que o Brasil, durante a Primeira República, ficasse dominado pelo poder das **oligarquias**, grupos regionais ligados a interesses, sobretudo, de grandes proprietários rurais, que dominavam a política de nosso país, gerindo os rumos de acordo com seus próprios interesses.

**Acesse também:** [Positivismo – a corrente filosófica que influenciou a República no Brasil](#)

## Características gerais da Constituição de 1891

As transformações trazidas pela Constituição de 1891 não ficaram reclusas às questões relativas ao federalismo e à forma de governo. Com a nova Carta, o Brasil deu garantias a diversas **liberdades individuais**, das quais, a liberdade de reunião, de culto, de expressão, de direito à propriedade privada etc. Um avanço significativo aconteceu também com a garantia do direito ao *habeas corpus*.

Além disso, houve a **separação oficial entre Estado e Igreja**. Sendo assim, o catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado, impondo-se o princípio do [estado laico](#), isto é, o Estado brasileiro colocava-se como neutro em assuntos relativos às questões religiosas. Estabeleceu-se também o princípio dos [três poderes](#): **Executivo, Legislativo e Judiciário**.

Extinguiu-se o cargo de senador vitalício, o presidente e o vice-presidente seriam eleitos para um mandato de quatro anos, sem o direito de reeleição. Na questão do voto, impunha-se o **sufrágio universal masculino**, mas com algumas limitações. Na questão dos direitos sociais, a Constituição de 1891, não faz nenhum tipo de abordagem.

A Constituição de 1891 não tratou da questão da [reforma agrária](#) e não criou nenhuma disposição legal para atender ou dar garantias aos escravos recém-libertos. Por fim, a questão do voto, merece algum destaque, pois demonstra perfeitamente o

grau da [desigualdade social](#) no Brasil, uma vez que o direito à cidadania ficou delimitado a um grupo muito pequeno.

**Leia mais:** [Coluna Prestes – um dos maiores movimentos de oposição da Primeira República](#)

## Regras para o voto

A Constituição de 1891 determinou o **fim do voto censitário**. Assim, não era mais necessário comprovar uma renda mínima para poder votar. Além disso, determinou o sufrágio universal masculino para todos os homens maiores de 21 anos, mas **impedia** que mendigos, analfabetos, militares de patente baixa e religiosos que faziam voto de obediência, tivessem direito ao voto.

A nova Constituição não fez menção às mulheres, o que significa que esse grupo não tinha direito ao voto. Isso demonstra que os constituintes ainda não enxergavam as mulheres como cidadãs, isto é, indivíduos dotados de direitos políticos.

A nova Constituição ainda ratificou a exclusão profunda de grande parte da população brasileira do direito de votar. Isso porque a década de 1880 ficou marcada pelo fim da escravidão no Brasil, assim, os políticos, membros e representantes das elites econômicas do Brasil anteciparam-se e acabaram aprovando uma lei que **reduziu a quantidade de votantes** de 10% para 1% da população|5|.

Essa lei ficou conhecida como a **Lei Saraiva**, sendo aprovada em 1881 e criando um cenário no qual o direito ao voto no Brasil ficou recluso a uma minoria privilegiada. Com a Constituição de 1891, o número de votantes aumentou timidamente e passou de 1% para 2% da população brasileira|6|.

O eleitor José Murilo de Carvalho, usando o Rio de Janeiro como exemplo, demonstrou que na primeira eleição presidencial, que contou com o voto direto para presidente e aconteceu em 1894, a capital do Brasil teve apenas 1,3% da população votando. Esse número aumentou para 2,5% da população, dois anos depois, e chegou a 2,7%, no ano de 1910|7|.

Um fator que afastava uma série de votantes era a violência que marcava as eleições no Brasil. O voto nessa época não era obrigatório, sendo necessário que o votante se alistasse antes da votação para poder realizar o seu voto. Além disso, o voto não era secreto, fazendo com que as eleições pudessem ser facilmente manipuladas e fazendo com que muitos dos eleitores fossem ameaçados.

O sistema eleitoral do Brasil durante a Primeira República foi extremamente conturbado. A utilização do **voto de cabresto** para eleger os representantes das oligarquias e outras práticas de manipulação dos resultados foram comuns durante todo o período. Somente a partir da década de 1930 que o Brasil começou a criar dispositivos para controlar a fraude eleitoral.

